

# **DUAS MANEIRAS DE CONTAR A HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO<sup>1</sup>**

*Rubens Nunes*

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas  
Universidade de São Paulo

*Ana Maria Bianchi*

Departamento de Economia  
Universidade de São Paulo

A ciência é portanto um discurso que tem a forte tendência de se exprimir como resultado e não como processo. É com grande desconfiança que cada situação atual deste discurso aceita olhar seu passado. (Tolipan, 1982, p. 4)

Esta citação pode ser encontrada em um pequeno texto de discussão divulgado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro há mais de 15 anos. Aplicada às nossas circunstâncias, ela sugere que estamos aqui reunidos porque conseguimos superar nossa desconfiança e olhar para o passado de nossa ciência. Esta não é a primeira vez que fazemos isso, neste prédio, nem será a última. Aqui exercemos a desconfiança no sentido inverso, não com o propósito de uma celebração póstuma de economistas que foram importantes em nossa história, ou de um relato enciclopédico sobre a história das idéias econômicas. Estamos aqui porque suspeitamos que os economistas do passado coabitam nosso presente, mas não o fazem na forma pura como vieram ao mundo, e sim transformados pela passagem do tempo, como discutiremos em seguida.

O artigo que se segue compara duas perspectivas metodológicas distintas: de um lado, a metodologia de Thomas Kuhn, centrada na idéia de paradigma e revolução científica, já razoavelmente difundida entre os economistas; de outro, a metodologia associada à idéia de cânon, tal como apresentada em Brown (1993 e 1994). Para tornar menos árida a apresentação, as potencialidades das duas concepções distintas são ilustradas com um

período delimitado da história do pensamento econômico, que corresponde à consolidação do sistema teórico desenvolvido na obra clássica de Adam Smith.

### 1. A CONSTRUÇÃO DE UM PARADIGMA

Muitos economistas interessados em questões metodológicas embarcaram na onda criada pelo livro *A estrutura das revoluções científicas*, de Thomas Kuhn, cuja primeira edição data de 1962. Malgrado a dificuldade de transposição de seus ensinamentos para as ciências humanas, admitida preliminarmente pelo próprio autor, o modelo de progresso da ciência desenvolvido por Kuhn atraiu a atenção de metodólogos e historiadores da economia. Qual o seu trunfo? Basicamente, a possibilidade de complementar uma reconstrução puramente intelectual da teoria com elementos de história econômica, de política econômica, das instituições que organizam a profissão, do modo de comunicação entre os especialistas e entre eles e os leigos. As diversas teorias não deveriam ser consideradas apenas como construções lógicas abstratas, mas também como produto de comunidades concretas de intelectuais, localizadas e datadas. Uma seleta platéia de pesquisadores foi sensibilizada pelo argumento de que, para falar sobre método na ciência, é necessário reservar um papel privilegiado para a história.

É bem verdade que a proposta de qualificar determinados episódios da história do pensamento econômico como revoluções científicas gerou muitas desavenças, como analisamos em trabalhos anteriores (Bianchi, 1991; Nunes, 1995). Também não há uma posição única, entre os metodólogos da economia, a respeito da sucessão de diferentes paradigmas em períodos da história da economia que seriam então definidos, de forma não ambígua, como períodos de vigência de “ciência normal”. Se há algum paradigma na economia, porém, seus fundamentos já se encontram na obra clássica de Adam Smith, *A riqueza das nações*. Em suas mais variadas vertentes, a literatura aponta o papel fundamental dessa obra clássica como o início de um período da história do pensamento econômico que preenche vários requisitos da ciência normal. No centro mesmo do paradigma então instituído está a noção do indivíduo maximizador que, ao movimentar-se no mercado, contribui, de forma não intencional, para a acumulação de riqueza na

sociedade a que pertence. Mesmo os historiadores da economia que se mostram reticentes quanto à adoção do método kuhniano concedem que a obra de Smith foi decisiva para fixar padrões paradigmáticos, que nortearam o trabalho dos especialistas pelos mais de 200 anos seguintes (ver Gordon, 1965, p. 123).

Antes de descrever os primeiros tempos da história da economia à luz da metodologia kuhniana, convém recapitular brevemente o conceito de paradigma, sobre cujo significado há desacordos, mesmo entre os discípulos de Kuhn.<sup>2</sup> Ao reagir às críticas feitas à primeira edição de sua obra, Kuhn (1977, p. 297) define paradigma como “matriz disciplinar”. “Disciplinar” porque constitui o patrimônio intelectual comum aos membros da comunidade científica; “matriz”, porque é composto por elementos ordenados de vários tipos, necessitando cada um deles de especificações adicionais. Tais elementos, que conferem identidade ao grupo, são principalmente generalizações simbólicas, crenças ontológicas e realizações exemplares da tradição de pesquisa.

Em sentido estrito, os elementos cruciais da matriz disciplinar que correspondem ao conceito de paradigma são as realizações exemplares compartilhadas pela comunidade de especialistas. Kuhn (1977, p. 319) admite que a expressão paradigma poderia ser suprimida do vocabulário da história das ciências, desde que se retivesse o papel desempenhado pelas realizações exemplares de determinada tradição de pesquisa.

Uma das dificuldades inerentes à tarefa de precisar o conceito reside no fato de não existir uma obra que o apresente positiva e integralmente. O paradigma aparece, manifesta-se em trabalhos concretos, mas ele não se reduz a essas expressões materiais. Remete, antes, a um campo de possibilidades em construção, um conjunto de potencialidades vislumbradas numa realização concreta. Como os *icebergs*, o que aflora à superfície é uma pequena parte da massa total de gelo; diferentemente, não há derretimento, mas ampliação e fortalecimento. Um paradigma científico talvez nunca esteja pronto de uma vez, de modo que a especificação completa do conceito é inerentemente problemática.

Aqui é pertinente destacar novamente, seguindo a sugestão de Argyrous (1992, p. 232), a importância das realizações exemplares. A cada momento de ciência normal, a realização científica passada torna-se um modelo de

como a “boa” ciência é conduzida. Aponta, além disso, para novas pistas de investigação. Os paradigmas instituem-se porque são mais bem-sucedidos que seus competidores na resolução de alguns problemas que o grupo de cientistas reconhece como graves. Contudo — e esse é um ponto crucial —, ser bem-sucedido não significa ser totalmente bem-sucedido com um único problema, nem ser notavelmente bem-sucedido com um grande número. De início, “o sucesso de um paradigma [...] é, em grande parte, uma promessa de sucesso que pode ser descoberta em exemplos selecionados e ainda incompletos” (Kuhn, 1975, p. 44).

Assim, o grau de consenso requerido pelas comunidades de especialistas pode variar muito, principalmente em função de peculiaridades exteriores à prática científica. Em princípio, não há razão para imaginar que a coesão da comunidade dependa de vínculos mais fortes do que o reconhecimento das realizações exemplares, dos problemas relevantes e da forma que a solução legítima deve ter. Na interpretação dos problemas, isto é, na determinação de como a solução paradigmática será transposta para novos contextos, instaura-se um vasto campo para o exercício da liberdade e da criatividade dos cientistas, que pode eventualmente propiciar as discordâncias. Aí se encontram os novos “quebra-cabeças” propostos pelo paradigma.

É, pois, a incompletude do paradigma um ingrediente fundamental de estímulo à atividade de pesquisa. O cientista sabe menos do que deseja saber e menos do que acredita poder saber. No entanto, não é qualquer informação nova que pode ser assimilada, mas aquela que é antecipada pela visão que, num determinado momento, se tem do objeto. O paradigma informa os procedimentos a serem empregados na seleção do tipo e da origem da informação nova. Paradoxalmente, tal informação só é obtida à custa da rejeição de outras informações que não se encaixam no padrão antecipado. Mas o consenso necessário limita-se à problemática escolhida e às exigências formais para uma solução ser considerada aceitável. O modo pelo qual a tarefa vai ser realizada não está predeterminado e, por conseguinte, surgem alternativas operacionais e interpretações eventualmente conflitantes.<sup>3</sup>

Algumas comunidades podem revelar um grau de consenso mais estreito, em geral obtido com a interveniência de filtros institucionais instalados nos centros de pesquisa e nos meios de divulgação científica. Esse consenso é altamente profícuo para o progresso da ciência normal.

A realização exemplar compartilhada sugere para a comunidade científica um rol de questões dotadas de sentido, pensáveis num certo momento. Em parte, a ciência normal está voltada para ampliar o conjunto de quebra-cabeças passíveis de solução. A cada momento, porém, tal conjunto é finito, fornecendo assim um critério de demarcação para cada ramo da ciência e um estímulo para o avanço do conhecimento.

Reconstituída brevemente a metodologia kuhniiana, é hora de retomar a proposta inicial da sessão. Como é possível narrar o período das três primeiras décadas do século XIX como um período de consolidação do paradigma proposto por Adam Smith para a ciência econômica?

Talvez o ingrediente mais importante na resposta a essa pergunta seja destacar a qualidade de realização exemplar presente em *A riqueza das nações* (daqui por diante, WN, conforme a notação consagrada, que faz referência ao título da obra em inglês). O livro exerceu um verdadeiro fascínio sobre a geração de intelectuais que, no início do século seguinte a sua publicação, dedicou-se a interpretar, completar e sistematizar os ensinamentos extraídos daquela obra seminal. Foi percebido e saudado como uma ruptura radical com as tradições mercantilista e fisiocrata, da qual emergiu um novo campo científico por desbravar. Há evidências documentais de um movimento de aglutinação em torno da obra clássica de Smith, encarada que foi como uma realização exemplar.<sup>4</sup>

Ainda no século XVIII alguns dos mais influentes intelectuais britânicos declararam-se discípulos de Smith. Burke, Pitt, Eden, Bentham e Paine incluem-se nesse grupo e formavam, segundo Himmelfarb (1988, p. 80), “um estranho grupo de discípulos”, com profundas diferenças entre si e com relação ao próprio mestre. O interesse maior desses pensadores concentrava-se em problemas práticos colocados pela sociedade da época, abalada pela Revolução Francesa, pela Independência Americana e pela Revolução Industrial.

No início do século XIX, os seguidores de Smith sentiram a necessidade de fundamentar as soluções desejadas para tais problemas no conhecimento positivo do funcionamento da sociedade. Assim, os novos leitores procuraram formalizar a teoria econômica que lhes parecia implícita nas análises e refutações contidas em WN. As referências a Smith são recorrentes nos trabalhos de economia política produzidos nas primeiras décadas do século.

McCulloch (1964, p. 12), por exemplo, afirmou que a obra deu a Adam Smith o título inquestionável de fundador do moderno sistema de Economia Política. Testemunharia suas elevadas qualidades a influência “poderosa e benéfica que essa obra exerceu sobre a opinião pública e sobre os governos do mundo civilizado”, como nenhuma outra publicação anterior fizera. Muitos fatores teriam contribuído para firmar tal reputação: o tratamento das mais importantes questões concernentes aos indivíduos e às nações; o estilo admirável; a generosidade sem perda de profundidade no tratamento das doutrinas precedentes.

Mas isso ainda não era tudo o que McCulloch enaltecia. Um dos fatores do sucesso de Smith seria o fato de ter refutado opiniões vulgares, dentre as quais a distinção entre o valor de uso e o valor de troca de um bem, que Smith detectara com clareza. Outra opinião equivocada, amplamente disseminada à época e combatida com êxito por Smith, era a concepção tradicional de riqueza dos mercantilistas. Na visão privilegiada de Smith, a riqueza não consistiria na abundância de ouro e prata, mas na fartura de bens necessários, úteis e agradáveis à existência humana. Smith fora suficientemente sagaz para provar que os esforços dos governos para canalizar capital e trabalho para regiões ou ramos de atividade deixados intocados pela iniciativa privada estavam fadados ao fracasso.

Também na França, onde passou uma longa temporada antes de publicar WN, Smith teve seguidores ilustres. J.-B. Say revela-se um profundo admirador de Smith, e empenhou-se em difundir suas idéias entre o público letrado. Diz Say (1983, p. 52) que “quando se lê Smith como merece ser lido, percebemos que antes dele não havia Economia Política”. Apesar de a matéria ter sido tratada por inúmeros predecessores — o próprio Say considerava-se um deles —, a novidade consistia na demonstração dos nexos que ligam os princípios incontestáveis, alguns já conhecidos anteriormente, a seus efeitos (ibid., p. 53).

Não faltou à obra de Smith esse ingrediente essencial do paradigma, que é sua incompletude. Muito havia por fazer e por consertar. Ali estava uma obra em relação à qual valia a pena arregañar as mangas.

Say não foi o único crítico a apontar que WN pecava por amalgamar conhecimentos de natureza diversa. A seu juízo, haveria na obra exemplos esclarecedores e princípios “sadios” da economia política, mas haveria tam-

bém noções curiosas de estatística, passagens obscuras e noções equivocadas, tudo isso configurando “um imenso caos de idéias corretas de mistura com conhecimentos positivos” (Say, 1983, p. 41).

Diretamente dessa avaliação, o autor traça um plano de trabalho: sistematizar o pensamento de Smith, distinguindo os tais princípios sadios (*sic*) das considerações empíricas. Posto que a forma suscitava “reparos [...] graves”, carecendo de clareza e, sobretudo, de método, era preciso garimpar os princípios fundamentais, espalhados ao longo de trechos em que Smith refuta as doutrinas mercantis e o sistema dos fisiocratas (*ibid.*, p. 55-56).

A contribuição de Smith à economia política foi decisiva, prossegue Say, por afastar a investigação de opiniões dogmáticas e meramente subjetivas. A agricultura, o comércio e a indústria foram consideradas apenas “em suas relações com o crescimento ou diminuição da riqueza, mas não em seus processos de execução” (Say, 1983, p. 40). O objeto da nova disciplina não se confundiria, desde então, com a tecnologia, nem muito menos com os dados tratados pela estatística. A primeira estaria fundamentada em princípios ou fatos de alta generalidade. A segunda, conforme a acepção da época, descreveria eventos singulares das economias reais, constituindo coleções de dados empíricos. Circunscrevia-se, portanto, ao domínio da estatística puramente descritiva. Smith não se teria dado conta dessa distinção e, em consequência, as análises contidas em *WN* saltariam com excessiva liberalidade dos fatos gerais aos singulares, em prejuízo do entendimento dos princípios da ciência.

O grande feito de Smith, ainda segundo Say, fora demonstrar que a riqueza era o valor de troca das coisas. Como o valor pode ser conferido à matéria, a riqueza pode ser criada. Ela pode fixar-se em coisas anteriormente desprovidas de valor, nelas conservar-se, acumular-se e destruir-se (Say, 1983, p. 52). Graças a essa intuição, a análise das formas da riqueza cedeu terreno para o estudo da produção, elucidando-se a verdadeira natureza do valor.

Também James Mill sentiu a necessidade de trabalhar em cima do feito de Adam Smith. Ele se dispôs a isolar os princípios essenciais desenvolvidos em *WN* de outros temas conexos, porém periféricos em relação ao núcleo da economia política. Seu propósito, disse Mill, era escrever um manual [*school book*] em que se destacassem os princípios de todos os tópicos à

primeira vista desconexos, “a fim de colocar claramente as proposições e na sua ordem lógica, juntando as demonstrações de cada uma delas” (Mill, 1965, p. iii). Percebia, assim, o mérito de uma obra que contempla um sistema de idéias capaz de revelar o elo interno de temas aparentemente diferentes.

Outro importante economista inglês do início do século XIX foi sensível à influência de Smith. Para David Buchanan, a realização de Smith ocasionara uma grande mudança do panorama da economia política, ao realizar a proeza de reconciliar opiniões numa ciência antes aberta ao preconceito e a teorias contrárias. O caráter pioneiro de WN, afirmou o autor, decorre dessa invulgar capacidade de aglutinar opiniões e assim formar a opinião pública [*to command the conviction of mankind*] (Buchanan, 1966, p. i).

No entanto, ao contrário de Say e de James Mill, Buchanan sentia-se atraído pela coleção de verdades práticas contidas em WN. O que o sensibilizou na obra, como confessou, foi a possibilidade de aplicar os ditames da razão aos negócios do mundo. As definições, o esforço de sistematização, que para autores coevos foram o ponto alto da obra de Smith, não tiveram para ele o mesmo atrativo. Buchanan (1966, p. viii) acentua o “contraste decisivo com toda a teoria abstrata” que marca WN, que contém “lições para o governo assim como para a vida comum”.

Mas, também para Buchanan, WN era mais uma pedra fundamental do que a última palavra da economia política. O sucesso da obra paradigmática é visto, novamente, sobretudo como uma promessa a ser atualizada. Neste sentido, a missão dos novos economistas seria “retificar o que é tortuoso (falho, defeituoso) no Dr. Smith; preencher lacunas; aplicar seus arrazoados aos tempos modernos” (Buchanan, 1966, p. xv).

A necessidade de atualizar a mensagem de Smith era algo tão presente em princípios do século XIX que Buchanan e Malthus prepararam, independentemente e sem conhecimento um do outro, edições comentadas de WN. Em 1814, ao saber que Buchanan publicara seu trabalho, Malthus decidiu-se a abandonar o projeto em andamento.

A influência pioneira de Smith estende-se àquele que é considerado o principal economista clássico do século XIX. David Ricardo inicia seus *Princípios* com uma citação da obra de Smith. “Adam Smith observou que...” são as primeiras palavras de seu livro. No prefácio, Ricardo afirma que, para

combater opiniões aceitas, enfatizaria especialmente algumas passagens das obras de Smith com as quais não concordava. Ele esperava, no entanto, que se reconhecesse nele “a admiração que com justiça desperta a profunda obra desse celebrado autor” (Ricardo, 1988, p. 10; DR, I, p. 6).

Um autor menos conhecido do período focalizado é Karl Heinrich Rau (1792-1870), professor da Universidade de Heidelberg, na Alemanha. Embora formado no cameralismo — variante germânica do mercantilismo —, Rau absorveu idéias de Smith e Ricardo. Em obra de 1826, o autor classificou os sistemas [*sic*] modernos de economia política em três grandes categorias, a saber: mercantilista, fisiocrático e sistema industrial ou de Smith. A classificação prenuncia uma ordenação, pois o sistema de Smith seria decididamente superior aos demais. Como sintoma dessa superioridade, Rau alude à rápida difusão das idéias contidas no mesmo: “[...] pode-se dizer que as bases estavam tão sólidas que os trabalhos de seus sucessores apenas completaram seu desenvolvimento, sem produzir um novo sistema” (Rau, 1839, p. 34).

A ascendência intelectual de Smith é tão reconhecida que o autor afirma que a economia política é identificada ao sistema do mestre, “mesmo nos mais recentes trabalhos”. Nesse ponto, Rau introduz sua crítica, sintomática, de que está encarando o trabalho em questão como um quebra-cabeça a ser solucionado. Certos princípios enunciados por Smith, diz Rau, devem ser melhor determinados; outros, retificados; e o conjunto deve ser exposto de uma maneira mais sistemática do que o lograra fazer Smith.

Um novo testemunho do caráter paradigmático de WN foi dado por John Stuart Mill, na introdução de seus *Princípios* de 1848. Quase um século depois de seu inspirador, Mill destaca a semelhança de objetivo entre as duas obras (Mill, 1988, p. 20).

Diz ele que gostaria que os *Princípios* estivessem para o seu tempo assim como WN estivera para a época de Smith. O mérito dessa obra pioneira seria a compatibilização entre os progressos da economia positiva e os desenvolvimentos recentes da filosofia social, “da qual, na prática, esse eminente pensador nunca separou seu tema mais peculiar” (Mill, 1988, p. 20).

Para resumir, é possível dizer que os economistas políticos não cobravam de Smith todas as respostas. Manter elevada a reputação de WN exigia encontrar na obra um solo fértil, em que novas pesquisas pudessem vicejar.

Lá estava uma base sobre a qual valia a pena trabalhar. Ainda que originais, os esforços adicionais de pesquisa não criariam um novo sistema; eles “apenas” completariam e estenderiam a obra paradigmática.

Foi assim que por volta da primeira década do século XIX, como nos relata Deane (1978, p. 71), surgiu na Europa uma comunidade autoconsciente de economistas. Tratava-se de um grupo reconhecidamente heterogêneo. Seu único vínculo era, talvez, o fato de seus integrantes terem lido WN e haverem se esforçado por analisar problemas econômicos correntes aflorados pela obra.

Como se viu há pouco, as razões apresentadas para o entusiasmo em relação à obra de Smith por parte de seus primeiros e abalizados leitores variaram. McCulloch viu aí o estabelecimento dos princípios verdadeiros; Say valorizou as excelentes refutações dos sistemas precedentes, onde se encontrava a reflexão puramente teórica; Buchanan elogiou o pendor para a interpretação dos fatos, para a análise histórica; Rau julgava que o sistema de Smith precisava apenas de complementações e atualizações.<sup>5</sup> Para todos eles, a leitura apresentou um quebra-cabeça a ser montado, nos moldes da metodologia kuhniiana.

Talvez o maior feito de Adam Smith — e, ao mesmo tempo, aquele que proporciona a maior semelhança com as condições de trabalho na ciência normal relatadas por Kuhn — tenha sido o de montar uma agenda de pesquisas para esses economistas. Para que os membros dessa comunidade em formação se interessassem pelas opiniões uns dos outros, não era necessária uma perfeita sintonia de pontos de vista. Eles apostaram no modelo de explicação ilustrado por seu ilustre antecessor e confiaram na possibilidade de resolver problemas para os quais haviam sido despertados pela leitura de sua obra.

## 2. A INSTITUIÇÃO DE UM CÂNON

Uma maneira alternativa de contar a história do pensamento econômico na época que se seguiu a Adam Smith é dizer que foi nesse momento que se estabeleceu o cânon que norteou o trabalho dos especialistas. Embora não seja correto afirmar que Smith *instituiu* o cânon da economia clássica, pode-se dizer que ele é o primeiro elo do processo de instituição desse câ-

non. Tal como interpretado por Brown (1993), a obra magna de Adam Smith, *A riqueza das nações*, foi o marco desencadeador desse movimento.

Em que consiste o cânon e como ele ajuda a explicar o movimento de consolidação do pensamento econômico que se seguiu à difusão da obra de Smith? O conceito é tomado de empréstimo da literatura, e sua adoção entre os metodólogos da economia vem ocorrendo por obra e graça da popularidade que os estudos de retórica adquiriram nos últimos anos.

Na linguagem corrente, a palavra *cânon* assume dois sentidos: (i) padrão, regra, modelo ou norma e (ii) relação, catálogo ou tabela. A lista dos santos da igreja católica, por exemplo, é um cânon. Originalmente, em grego, a palavra designava os caules de vegetais como o bambu, o junco ou a cana, que crescem retos. Ainda no grego, cânon ganhou o sentido figurado de regra, de padrão para aferir a retidão das coisas. O latim separou os sentidos literal e figurado, ao adotar as palavras *canna*, *cannæ* para designar a parte do vegetal e *canon*, *canonis* para regra ou lei.

O cânon confere à comunidade de especialistas um papel de primeira grandeza. As teorias vigentes em certo campo científico não se constroem no ar, mas brotam no solo plantado por um grupo de pensadores ativamente engajados nessa tarefa. É esse o foro em que se elegem os textos que são coletivamente valorizados como obras de mérito. Nessa medida, o cânon ajuda a definir a natureza e o escopo da prática e da teoria literárias.

Pode-se estender essa noção à ciência econômica, onde o estabelecimento de um cânon é crucial para a visão da disciplina sobre sua própria emergência como unidade discursiva. No seio da comunidade dos especialistas legitimamente constituídos para esse fim, dá-se o processo de canonização de um determinado discurso. É nesse momento que a disciplina passa a adotar uma cronologia própria, ou seja, a contar seu próprio tempo. O processo de canonização permite ainda à disciplina em questão construir suas credenciais, em relação às quais suas conquistas e seus avanços são registrados no “estado das artes” que a caracteriza no momento.

Mas é preciso notar que a forma assumida pelo cânon não é necessariamente fixa ou estática ao longo do tempo. À medida que uma disciplina amadurece, seu cânon primário pode ser suplementado ou mesmo desafiado por uma série de cânones menores, que refletem os interesses de práticas subordinadas ou dissidentes dentro da comunidade de especialistas. É por

essa via que a disciplina reconstitui-se permanentemente a si mesma e a sua história, com o concurso de um cânon que consolida os interesses e as preocupações teóricas que a dominam. Como fotografia retocada da disciplina em sua melhor forma, o cânon fundamenta sua identidade e define sua tradição intelectual.

Um dos aspectos mais notáveis da construção do cânon é que ela imputa um sentido de continuidade histórica a uma seqüência de obras e feitos que de outro modo não teria unidade. A visão dominante que impregna um determinado recorte temporal do processo de canonização acentua o caráter problemático das construções anteriores.<sup>6</sup> Em contraste com o atual estado das artes, os textos do passado padecem de falta de rigor, são toscos, imperfeitos, anêmicos. O processo de elaboração é tal que remonta o passado como embrião, necessariamente defeituoso e incompleto, da forma última atingida pelo discurso do presente.

Uma vez instituído, o cânon perde toda a sua temporalidade. Melhor dizendo, ele liga o presente ao passado de forma unilinear, essencialmente distorcida. Não que não haja noção de passado. Há, mas o vigor deste só decorre de sua condição de construtor do presente. A melhor imagem para exprimir essa característica da canonização é a de um seminário de especialistas. Tudo se passa como se a discussão de textos importantes produzidos na disciplina tivesse lugar num seminário aberto, em que os autores do passado são chamados a dialogar com os autores do presente. Brown (1993, p. 66-67) refere-se a um processo de “reconstrução racional”, durante o qual os grandes mestres são convencidos de seus erros, redimem-se dos mesmos e aceitam a idéia de que o conhecimento progrediu no intervalo que os separa de seus iluminados sucessores.

Assim, outro aspecto notável do processo de canonização é que ele, de certa forma, subverte a cronologia. É como se os autores de hoje tivessem o dom de influenciar seus precursores, polindo as arestas e eliminando as impropriedades de sua obra.

Essa permanente atividade de construção e reconstrução do cânon tem sido associada, na metodologia, à abordagem *whig*. O termo faz clara alusão à celebração do presente em detrimento do passado que caracteriza a idéia de progresso no conhecimento. Na história *whig* de uma disciplina, os escritores mais antigos são chamados a colaborar num debate que é conduzido

em termos contemporâneos, em sucessivas aproximações às respostas corretas.<sup>7</sup> Um dos resultados imediatos da abordagem *whig*, na visão de Brown, é que ela reduz o número de vozes históricas que devem ser escutadas. A unificação do discurso provoca uma perda de heterogeneidade.

A argumentação é insofismável. Uma vez que as vozes do passado são ouvidas quando se engajam num debate contemporâneo, dois efeitos decorrem: de um lado, menos vozes participarão do seminário; de outro, há que afinar as próprias vozes canônicas; elas precisam ser submetidas a uma sintonia fina para garantirem seu lugar no espectro de ondas do presente. Aí se processa a substituição do discurso dialógico (de múltiplas vozes) pelo discurso monológico (de uma só voz). A natureza heterogênea do primeiro provém do fato de diferentes circunstâncias sociais, éticas e políticas darem vazão a diferentes vozes. No discurso monológico, ao contrário, uma única voz socialmente autorizada controla o texto comunicativo, e os elementos dialógicos são suprimidos ou, pelo menos, sensivelmente atenuados.

Uma forma corrente de ilustrar essa diferença, na literatura, é dada pela comparação entre o romance e o poema épico. No primeiro, há uma multiplicidade de personagens e situações que faz com que qualquer voz individual fique relativizada e desprivilegiada no texto. No poema épico, que é derivado das tradições orais das sociedades primitivas, o herói que glorifica o sistema nacional representa o sistema de crenças consolidado daquela sociedade. É em sua figura que a grandiosidade do passado se exprime.

Vê-se assim que o cânon serve para delimitar um campo específico para a prática discursiva do presente. Há um elemento pedagógico nesse processo. Na física, uma série de equações enxutas, filtradas pelo progresso do conhecimento, traduz os ensinamentos de Isaac Newton aos colegas. De forma semelhante, Adam Smith torna-se merecedor de nossa homenagem como fundador da economia e criador do cânon correspondente à mesma porque a maioria dos economistas contemporâneos adere à idéia de que o equilíbrio dos mercados é um produto não intencional do comportamento concreto de indivíduos movidos pelo auto-interesse. Sua obra clássica é lida como uma antecipação da sabedoria econômica contemporânea, e o próprio autor é fantasiado como uma versão primitiva dos melhores economistas contemporâneos.

Como decorrência imediata, citações de trechos da obra do autor submetido a processo de canonização — sejam elas extraídas de textos publicados, textos póstumos, correspondência ou notas pessoais — são retiradas do contexto e utilizadas para elucidar o significado de passagens eventualmente obscuras de outras partes de sua obra. Em outras ocasiões, são expostas como a manifestação de intuições brilhantes, que irão encontrar melhor expressão no cânon atual. Esse é um procedimento rotineiro e socialmente legitimado. É como se o discurso tivesse necessariamente uma unidade, cujo significado fosse conferido por sua forma mais desenvolvida.

O processo de canonização é, pois, uma redução. A cronologia implícita no cânon converte os discursos de períodos históricos distintos, produzidos em condições sociais diferentes, a um denominador comum. O cânon simula um diálogo que tem existência apenas virtual. Ele reúne na história do pensamento econômico não os textos clássicos propriamente ditos, mas determinadas leituras dos mesmos. O desenrolar da polêmica entre Ricardo e Malthus, na primeira metade do século XIX, entre os clássicos e a escola histórica alemã, no fim do século, ou entre Keynes e Pigou, no século XX, simboliza o procedimento de canonização. Em algumas circunstâncias, o diálogo é travado com autores mortos, sem direito de resposta. Nesse ou em outros casos, o cânon recria o diálogo na forma de um monólogo.

Graças à canonização, certos conteúdos são tornados estáveis ao longo da história do pensamento. A história *whig* associa a fonte de ordem ao veredicto socialmente abalizado do mundo real. Há um traço de ingenuidade na visão canônica. Ela produz uma leitura monológica, que parece falar diretamente aos interesses e preocupações da teoria econômica contemporânea. Desconsideram-se as diferentes circunstâncias em que as idéias são lançadas, o *timing* de cada obra, concepção ou ponto de vista. Mesmo a história do pensamento mais preocupada com o pano de fundo histórico tende a adotar esse modelo do autor como proprietário do texto e responsável pela custódia de seu significado (ibid., p. 73).

Confiar ou desconfiar? Canonizar ou descanonizar? A descanonização tem cabimento para o historiador das idéias, ou para o metodólogo. Ela implica explorar a riqueza dos textos históricos, assim desnudando a pluralidade das vozes presentes no discurso do passado. Realiza o exercício de desconfiança em relação à história oficial da disciplina, desconfiança que se

restabelece no sentido inverso, uma vez vencida a desconfiança em relação ao passado de que fala a citação com a qual se abriu este texto.

Mas o economista não precisa aderir a essa prática. Aliás, ele tende a participar ativamente do processo de canonização, como um morador constantemente preocupado com a manutenção de sua casa. É importante notar que Brown não condena a canonização, seja na literatura, seja no discurso científico. Ela a enxerga como imperativo na história de qualquer discurso, que não pode progredir sem seus heróis.

Um exemplo é dado pela análise do chamado “problema de Adam Smith” à luz do processo de canonização da ciência econômica. Essa controvérsia, que ocupou os historiadores da economia durante a década de 1970, centra-se na hipótese de uma descontinuidade entre as duas obras clássicas de Smith, a saber, *A teoria dos sentimentos morais* (TMS) e *A riqueza das nações*. Brown (1994, p. 4) ressuscita o problema de Adam Smith de um novo ângulo, ao argumentar que “diferentes molduras discursivas são apropriadas para diferentes momentos dos textos de Smith”. A TMS pode ser lida como um discurso dialógico, que ilumina o diálogo moral entre o ator e o espectador imparcial. Diversa é a situação de WN, que pode ser lida como um discurso monológico — um texto científico —, onde a voz didática busca asseverar sua jurisdição sobre o domínio do texto. Não há nesta última obra espaço para o discurso moral da primeira.

A seu turno, a visão canônica de Adam Smith enfatiza a natureza unificada das duas obras, mostrando que elas são produzidas pelo “mesmo homem” e operam no mesmo espaço discursivo. Em WN haveria apenas uma aplicação mais especializada da teoria geral do comportamento social indivíduo que subjaz às duas obras. Sua análise econômica configuraria um retrato simpático, embora crítico, dos benefícios advindos do desenvolvimento do comércio e da manufatura num ambiente de livre concorrência. Melhor ainda, a análise de Smith é apresentada como uma exposição do esqueleto conceitual do capitalismo nascente. Como tal, sua relevância é de alguma forma acentuada: ela é vista como uma visão fundamental, ainda que precariamente articulada, da economia moderna.

É esse o argumento que leva Bianchi (1988, p. 104-128) a desqualificar a existência de um “problema de Adam Smith”. Não existe incompatibilidade entre as duas obras clássicas de Smith, sustenta-se, embora o conceito cen-

tral de TMS seja o de simpatia, ao passo que os conceitos centrais de WN são o auto-interesse e a competição. É claro, a segunda obra opera uma mudança de enfoque e de ênfase, mas perfeitamente compatível com o ponto de vista adotado na primeira. Vai-se mais longe ainda: mostra-se uma união de esforços, à primeira vista impensável, entre Smith e Mandeville, na transformação necessária para promover o conhecimento econômico à categoria de conhecimento científico autônomo, assentado numa ética própria, com objeto e método específicos.<sup>8</sup>

Reconstituído aqui brevemente o conteúdo central de duas formas de caracterizar a história da ciência econômica em seus primeiros tempos, a primeira delas sustentada no conceito de paradigma, a segunda no conceito de cânon, é possível passar, na sessão que encerra este artigo, a uma avaliação comparativa de ambas.

### 3. PARADIGMA OU CÂNON?

A exposição anterior mostrou uma série de pontos de identidade entre a metodologia de inspiração kuhniana e a idéia de canonização do discurso. Talvez a maior semelhança entre ambas provenha do fato de que se valem amplamente da sociologia do conhecimento. Elas acentuam o papel primordial da comunidade de especialistas e enfatizam a importância do meio social na gestação das idéias e sua transformação ao longo do tempo. Como corolário desse ponto de partida comum, questionam a idéia da ciência como um empreendimento cumulativo, um arranha-céu que ganha mais e mais pavimentos graças ao desenvolvimento da pesquisa em condições de ciência normal. Além disso, descrevem o funcionamento de mecanismos pelos quais a comunidade de especialistas se reproduz no tempo, treinando os neófitos.

Também é possível remetê-las, a despeito do intervalo de 30 anos que as separa, a uma mesma tradição intelectual. Em Kuhn já se encontra latente o questionamento da concepção positivista, com suas certezas e sua autoconfiança em relação à possibilidade do conhecimento. Já a aplicação do conceito de cânon à historiografia do pensamento econômico insere-se num movimento recente de questionamento da herança positivista, que trouxe para o interior da disciplina instrumentos como a retórica clássica, a her-

menêutica e a análise literária. Aliás, a presença de tal movimento reflexivo pode ser encontrada nas demais ciências, não constituindo privilégio ou idiosincrasia da ciência econômica.

Sem forçar muito, é possível também aproximar a idéia de “tensão essencial”, em Kuhn, da polaridade discurso monológico/discurso dialógico nas interpretações sugeridas pelo cânon. Enquanto Kuhn aborda a tensão entre ciência normal e ciência revolucionária, que encadeia a segunda à primeira, autores como Brown destacam a convivência de forças centrífugas e centrípetas. Para ela, qualquer texto pode ser visto como “o campo de uma tensão entre duas forças opostas, uma força centrípeta que produz univocidade e uma força centrífuga que produz multivocidade” (Brown, 1993, p. 69).

Ironicamente, a metodologia do cânon e a metodologia de Kuhn se assemelham até nas críticas que lhes são endereçadas. Ambas são acusadas de relativismo. Em Kuhn, a crítica argumenta que quando a ciência passa a ser vista como produto daquilo que os cientistas fazem, perde-se o crivo popperiano de distinção entre ciência e não-ciência. Na idéia de cânon, o discurso é sempre uma construção social, ou seja, uma leitura que pode ser essa hoje, seu desmentido amanhã.

Aqui começa uma das importantes diferenças entre os conceitos de paradigma e cânon, tais como apresentados.<sup>9</sup> Enquanto o cânon é constituído por textos, ou, mais propriamente, por leituras dos mesmos expressas em outros textos, o conceito de paradigma engloba também práticas, instituições e artefatos. Muitos elementos da matriz disciplinar não são explícitos, escapando ao alcance da análise literária. Nas universidades e instituições de pesquisa, por exemplo, há uma hierarquia formal, expressa no quadro de carreira e nos cargos administrativos, e uma hierarquia informal, baseada no prestígio obtido dentro e fora da academia. O que fica no papel é importante, mas nem tudo o que é importante fica no papel. Se a ciência é, como diz Kuhn, aquilo que os cientistas fazem, há outras dimensões relevantes além da textual.

Talvez a diferença mais importante seja que o cânon assume a reconstrução do passado da disciplina, enquanto o paradigma enfatiza o futuro que a comunidade científica planeja para si mesma e para a ciência. Se a ciência normal for bem-sucedida, os melhores membros da geração atual serão canonizados pelas gerações futuras. O cânon teria assim um caráter retrospec-

tivo. Por meio dele, a comunidade científica diz para si mesma e para seu público: “O caminho trilhado nesses 220 anos nos conduziu até aqui, de onde podemos ver com mais clareza a paisagem”. O paradigma parece mais prospectivo: “Chegamos até aqui; vamos trabalhar, porque ainda há um longo caminho pela frente”. O cânon é sincrônico, isto é, ele encontra-se definido completamente em cada momento do discurso. O paradigma é diacrônico, no sentido de ligar as realizações passadas da ciência ao futuro antecipado implicitamente pela prática científica.

Há outra diferença importante, que decorre do fato de que a ciência é um discurso, mas, diferentemente da literatura, tem a pretensão de falar sobre o real. Isso muda as coisas, não porque se admita a possibilidade de sua verificação conclusiva,<sup>10</sup> mas porque o discurso da ciência empírica é denotativo e estrutura-se em torno da relação da linguagem com seu objeto. Seu poder de convencimento decorre do uso combinado de argumentos lógicos e quase lógicos com argumentos que se referem à estrutura do real.

Situação diversa é a do discurso literário, que se estrutura em torno da relação reflexiva da linguagem consigo mesma. A literatura já foi comparada a uma máscara que aponta a si mesma com o dedo. O discurso persuasivo, a seu turno, organiza-se em função de seus efeitos sobre o ouvinte. A regra, nesse caso, é a eficiência: os elementos do discurso estarão bem dispostos se induzirem o ouvinte a agir de acordo com a vontade do orador. Vale notar que a retórica não foi desenvolvida para dar conta de discursos em que ocorre a primazia do objeto, mas de discursos menos nobres. É conhecida a crítica de Platão aos sofistas por ensinarem as técnicas do discurso contencioso, ao invés de incentivarem a busca da verdade.

Aristóteles distinguiu três gêneros de discursos que constituem o objeto da retórica: o *deliberativo*, próprio para as assembleias democráticas, voltado para distinguir o útil do nocivo, para escolher a melhor das alternativas; o *judiciário*, empregado nos tribunais e regulado pelas noções de justo e injusto; e o *epidíctico*, destinado a fazer o elogio ou a pichação, baseado nos valores do belo e do feio. A questão da verdade em Aristóteles é submetida a outro critério, à lógica, e não à retórica. Se ele admite um uso da retórica na ciência, é exclusivamente porque a ciência não é acessível a todos os espíritos. A retórica serviria não para fazer ciência, mas para o trabalho de divulgação (Robrieux, 1993, p. 16).

Os textos de Aristóteles sobre lógica e retórica estão reunidos em um conjunto denominado *órganon*, instrumento. Enquanto a lógica constituiria um instrumento para extrair do conhecimento certo novas proposições demonstráveis, a retórica serviria para lidar com questões sobre as quais o conhecimento é apenas provável e as conclusões, contingentes.

É verdade que o uso da lógica como instrumento ou *órganon* para se obter novo conhecimento foi contestado na modernidade. A lógica serviria apenas como critério de validação formal do discurso, como regra ou *cânon*. Seria um verdadeiro abuso da razão fazer a lógica passar por *órganon*, por instrumento para estender e aumentar o conhecimento, quando na verdade ele se limita a um *cânon* do entendimento, uma regra de aferição da consistência do mesmo, sua pedra de toque.

Ora, o discurso científico não se contenta com sua função canônica, por exemplo, proibindo a ocorrência de certos “estados do mundo”, mas aspira a uma função orgânica, isto é, a servir como instrumento para “estender e aumentar” o conhecimento. Julgar o discurso científico unicamente à luz do *cânon* correspondente pode constituir abuso semelhante ao que Kant denunciara: é possível usar o padrão de ciência dado pelos epígonos do passado para formar uma auto-imagem, para excluir pessoas e mesmo para definir quem é quem na comunidade científica, mas há que se fazer alguma coisa com o legado da tradição.

Pois bem: o avanço da ciência implica a possibilidade de transgressões e mesmo a destituição do *cânon* vigente. Talvez este seja o principal trunfo do conceito de paradigma, comparativamente ao de *cânon*. Disse alguém que os cães da metodologia ladram e a caravana da economia passa. Não é proposta da metodologia impedir a passagem do paradigma. Mas, se a crítica interna que ela exercita criar um clima de alerta propício à sua derrubada, não há porque reclamar.

O que se ganha com a noção de *cânon*? De acordo com Brown (1993, p. 78), o ganho está no reconhecimento de que os significados são produzidos no interior de estruturas discursivas que se sucedem no tempo de forma descontínua, as teorias são sustentadas por uma “arquitetura conceitual”, e não uma coleção de fatos. Às diferentes estruturas discursivas correspondem diferentes histórias e cronologias. Ganha-se uma nova história (e portanto uma nova auto-imagem) menos monológica, mais consciente de seus

próprios limites, capaz da autocrítica. Ou ao menos uma certa condescendência civilizada para com discursos diferentes. Isso já estava presente na proposta de Kuhn, considerado aliás precursor dos estudos sobre retórica na economia. O reconhecimento da dimensão literária no discurso da ciência econômica tem dado bons frutos, nos quase 15 anos transcorridos dos trabalhos seminais de Arida e McCloskey. O risco — evitado pelos conceitos de paradigma e matriz disciplinar — é cair em um movimento pendular entre duas proposições: a de que tudo são fatos (e a linguagem os reproduz) e a de que tudo é linguagem (e os fatos são por ela constituídos).

### **RESUMO**

Trata-se de uma avaliação de duas perspectivas metodológicas distintas: a metodologia de Thomas Kuhn, baseada na concepção de paradigma e revolução científica, já razoavelmente difundida entre os economistas; e a metodologia associada à idéia de cânon, tal como apresentada nos trabalhos de Vivienne Brown. As potencialidades e limitações dessas duas maneiras de contar a história do pensamento econômico são ilustradas com um período definido dessa história, que corresponde à consolidação do sistema teórico desenvolvido na obra econômica clássica de Adam Smith.

### **ABSTRACT**

This is an assessment of two distinct methodological perspectives: the Kuhnian methodology, based on the conception of paradigm and scientific revolution, with which most economists are today familiar; and the methodological perspective associated with the idea of canon, as treated by Vivienne Brown in her recent works. The potentialities and shortcomings of these two different ways of telling the history of economic thought are illustrated by a definite period of this history, corresponding to the consolidation of the theoretical system that Adam Smith developed in his classical economic piece.

## NOTAS

1. Versões preliminares deste artigo foram expostas no Encontro Nacional de Economia da Anpec em 1996 e no colóquio sobre “História do pensamento econômico” realizado na FEA/UFRJ em 1998.
2. Kuhn (1977) atribui essa ambigüidade à “tensão essencial” que domina a investigação científica.
3. A leitura mais atenta de Kuhn mostra que ele refuta a idéia de que a ciência normal seja um empreendimento inteiramente monolítico. Ao tratar da difusão da mecânica quântica, por exemplo, admite que o impacto do novo paradigma foi diferenciado entre físicos de diferentes especialidades. Diz ele que um mesmo paradigma “[...] pode dar origem simultaneamente a diversas *tradições* da ciência normal que coincidem parcialmente, sem serem coexistentes” (Kuhn, 1977, p. 75; grifo nosso).
4. Para uma reconstituição desse processo do ponto de vista da história institucional da economia, ver Nunes (1995, p. 62-66). Embora este não seja o tema do artigo, cabe mencionar que este panorama difere daquele traçado por Earp (1996, p. 61).
5. Isso não o impediu de desenvolver uma teoria do valor completamente diferente da elaborada por Smith, como exposto em Nunes (1995).
6. Há aqui uma clara semelhança com o modelo *hard science* da história do pensamento econômico, em que esta se converte em história das idéias, tal como discutido por Arida (1996). Também nesse caso o tempo opera uma superação positiva.
7. O termo “contemporâneo” parece mais adequado do que “moderno”, empregado por Brown, para designar a perspectiva do presente.
8. A discussão em torno desse tema, que parecia estar sepultada na década de 1970, ressurgiu no trabalho de Brown. Tratá-la com a profundidade necessária foge, porém, ao escopo do presente artigo.
9. A análise se restringe, portanto, ao conceito de cânon encontrado em Brown. O termo tem sido largamente empregado em estudos recentes das ciências sociais.
10. “Como saber?”, indaga Duayer (1997) em sua indignação. O fato de que a resposta não é encontrável, pelo menos no sentido de saber com certeza, não permite concluir que tudo é narrativa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARGYROUS, George (1992) Kuhn’s paradigms and neoclassic economics. *Economics and Philosophy*, 8: 231-248.
- ARIDA, Persio (1996) A história do pensamento econômico como teoria e retórica. In: J. M. Rego (ed.), *Retórica na economia*. São Paulo: Editora 34.
- BIANCHI, Ana Maria (1992) Hicks e a revolução invisível: notas sobre a contribuição metodológica de J. R. Hicks. *Revista Brasileira de Economia*, 46 (1), jan., p. 131-148.
- (1998) *A pré-história da economia: de Maquiavel a Adam Smith*. São Paulo: Hucitec.
- BROWN, Vivienne (1993) Decanonizing discourses: textual analysis and the history of eco-

- conomic thought. In: W. Henderson, T. Dudley-Evans e R. Backhouse (eds.), *Economics and Language*. Routledge.
- (1994) *Adam Smith's Discourse: canonicity, commerce and conscience*. Londres e Nova York: Routledge.
- BUCHANAN, David (1966) *Observations of the Subjects Treated of in Dr Smith's Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Nova York: Kelley.
- DEANE, Phyllis (1978) *The Evolution of Economic Ideas*. Cambridge University Press.
- DUAYER, Mario (1997) Purgatório (curto conto teológico-metafísico). São Paulo, II Encontro Nacional de Economia Política, Sociedade Brasileira de Economia Política, p. 105-115.
- EARP, Fábio Sá (1996) Um pouco além de Thomas Kuhn. *Revista de Economia Política*, 16, n. 1 (61), jan., p. 57-69.
- HIMMELFARB, Gertrude (1988) *La idea de pobreza: Inglaterra a principios de la era industrial*. México: Fondo de Cultura Económica.
- KUHN, Thomas S. (1975) *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.
- (1977) *The Essential Tension: selected studies in scientific tradition and change*. Chicago: The University of Chicago Press.
- McCULLOCH, J. R. (1965) *The Principles of Political Economy, with Some Inquiries Respecting their Application*. Nova York: Augustus M. Kelley.
- MILL, James (1965) *Elements of Political Economy*. Nova York: Augustus M. Kelley.
- MILL, John Stuart (1988) *Princípios de economia política com algumas de suas aplicações à filosofia social*. São Paulo: Nova Cultural. Os Economistas.
- NUNES, Rubens (1995) A articulação do paradigma clássico: valor e mercado no pensamento econômico (1803-1836). Dissertação de mestrado, IPE/USP.
- GORDON, Donald (1965) The role of the history of economic thought in the understanding of modern economic theory. *American Economic Review* 55 (2).
- RAU, Charles Henri (Karl Heinrich Rau) (1839) *Traité d'Économie Nationale. Première partie. Théorie de l'Économie Politique*. Bruxelas: Societé Belge de Librairie.
- RICARDO, David (1988) *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Nova Cultural. Os Economistas.
- ROBRIEUX, Jean-Jacques (1993) *Eléments de rhétorique et d'argumentation*. Paris: Dunod.
- SAY, Jean-Baptiste (1983) *Tratado de economia política*. São Paulo: Abril Cultural. Os Economistas.
- SENIOR, Nassau (1965) *An Outline of the Science of Political Economy*. Nova York: Augustus M. Kelley.
- SILVEIRA, Antonio Maria (1996) A sedição da escolha pública. *Revista de Economia Política*, 16, n. 1 (61), jan.-mar., p. 37-56.
- TOLIPAN, Ricardo (1982) A necessidade da história do pensamento econômico. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI. Texto para discussão n. 3.